



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 11, pp. 51466-51471, November, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.23337.11.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR – UM ESTUDO SOBRE TRAJETÓRIAS DE VIDAS DE PROFISSIONAIS NO SUL DO CEARÁ

Yohana Maria Monteiro Augusto de Alencar^{*1}, Miguel Melo Ifadireó¹, Francisco Renato Silva Ferreira², Alyne Andrelyna Lima Rocha Calou¹, Iamara Feitosa Furtado Lucena¹, Vanessa de Carvalho Nilo Bitu³, Virna de Carvalho Nilo Bitu-Ferreira¹, Christiano Siebra Felício Calou¹, Maria das Dores Linda Inês Lima de Souza Filha¹, Leornado Pereira Dantas¹ and Tiago Silveira Machado⁴

¹Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – (UNILEÃO); ²Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte – (SEDUC/JN); ³Universidade Federal de Campina Grande – (UFCG); ⁴Universidade de Pernambuco – (UPE)

ARTICLE INFO

Article History:

Received 09th August, 2021
Received in revised form
10th September, 2021
Accepted 17th October, 2021
Published online 23rd November, 2021

Key Words:

Gender, Black Teachers, Racism,
Life trajectory.

*Corresponding author:

Yohana Maria Monteiro Augusto de Alencar

ABSTRACT

This article is part of the dissertation "Racism, Identity and Professional Training: life trajectory of black women in higher education teaching", which aimed to analyze the life trajectory of black teachers in the region of Cariri Cearense, in particular, the cities of Juazeiro do Norte, Crato and Barbalha. The research had a qualitative approach, having as methodology the oral history of life, being carried out through semi-structured interviews with the application of a questionnaire. 06 black teachers were chosen, linked to 05 Higher Education Institutions. For the theoretical basis, black authors and authors were used, such as: Nilma Lino Gomes (1995), Petronilha Silva (2011), Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro (2011), Djamilá Ribeiro (2019), Luiza Bairros (2006), Silvio Almeida (2019) among others. From the testimonies of the interlocutors, it was possible to verify the presence of the oppressions of racism and sexism during their professional training.

Copyright © 2021, Yohana Maria Monteiro Augusto de Alencar et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Yohana Maria Monteiro Augusto de Alencar, Miguel Melo Ifadireó, Francisco Renato Silva Ferreira, Alyne Andrelyna Lima Rocha Calou, Iamara Feitosa Furtado Lucena, Vanessa de Carvalho Nilo Bitu, Virna de Carvalho Nilo Bitu-Ferreira, Christiano Siebra Felício Calou, Maria das Dores Lima de Souza Filha and Tiago Silveira Machado. "Mulheres negras no ensino superior – um estudo sobre trajetórias devidas de profissionais no suldo ceará", *International Journal of Development Research*, 11, (11), 51466-51471.

INTRODUCTION

Falar sobre a trajetória do negro no Brasil é falar sobre sofrimento humano, visto que o próprio país foi construído através da falsa premissa de uma democracia racial, o qual tentou esconder o suor e o criminoso estágio da violação e discriminação que ceivou vida pelo trabalho forçado de milhares de escravos. Assim, acentua-se que desde a abolição da escravatura oficial, assinada em 1888, passados quase dois séculos, ainda é alarmante a desigualdade social existente entre negros e brancos no cenário nacional. Dentro deste contexto, percebe-se que estes sujeitos negros e negras ainda vivem em condições precárias e carentes, expostos à privação de direitos humanos, a saúde, a educação e, consequentemente deixando de ocupar cargos com remuneração mais alta e ocupando mais os presídios. Mais ainda, "estudos sobre as desigualdades raciais reiteram: negros com as mesmas habilitações que os brancos são preteridos em processos de seleção e, quando igualmente empregados, ganham menos pelo exercício das mesmas funções"

(CARNEIRO, 2011, p. 114). Pessoas não brancas tendem a sofrer mais com seus traumas no decorrer da sua vida, seja desde a escola o *bullying* racial à dificuldade de condições de melhoria de vida, pois sofrem diariamente com o racismo estrutural, no qual as oportunidades para negros não são as mesmas para pessoas brancas. Para Almeida (2018) em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. O índice de desigualdade ainda é mais alarmante quando se refere as mulheres negras. Se mulheres, sobretudo negras, estão em lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, o avanço mais profundo fica impossibilitado (RIBEIRO, 2019, p. 40). Desde o período escravocrata as mulheres negras eram subjugadas, violentadas e expostas a castigos severos pelos senhores de engenho. Submetidas a ocupações, como "ama-de-leite", "mães-pretas", "mulher reprodutora" e "escrava sexual" (SILVA, 2016, p.14 apud CASTRO, 1999). Apesar de tantos anos após o fim da escravidão,

hoje mulheres negras ocupam menos cargos de destaques, salários inferiores do que homens negros e mulheres brancas. De fato, “a violência contra as mulheres, embora esteja presente em todas as classes sociais, ocorre de maneira diferente entre os segmentos mais fragilizados da população, nos quais se incluem as mulheres negras” (OLIVEIRA; MENEGHEL; BERNADES, 2009, p. 267). Destaca-se que essas violências contra essas mulheres continuam de forma arraigada na sociedade, não sendo representadas nos espaços sociais e tendo essas oportunidades cada vez mais dirimidas por um racismo estrutural/institucional e de gênero.

De acordo com o “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que essa desigualdade ainda é mais visível em se tratando de mulheres negras. Estas, encontram-se mais concentradas, proporcionalmente, em trabalhos informais e precários do que os homens. Das mulheres ocupadas com 16 anos ou mais, 17% são empregadas domésticas, e, dentre estas, a grande maioria são mulheres negras que, em geral, não desfrutam de qualquer direito trabalhista, pois não trabalham com carteira assinada e não recolhem FGTS. Ao trazermos a desigualdade para o âmbito acadêmico, a disparidade é evidente, segundo o relatório apresentado pelo site G1 a partir dos microdados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2017, negros representavam 16% dos professores negro. Em se tratando de docentes negras ocupando cargos dentro das Instituições de Ensino Superior, estas ocupam cada vez menos espaços. Segundo o site Gênero e Número, através de dados colhidos pelo Censo da Educação Superior mulheres pretas com doutorado, são 0,4% do corpo docente nas pós-graduações em todo o país. Quando somadas, as mulheres pretas e pardas com doutorado, que formam o grupo das negras, não chegam a 3% do total de docentes.

De modo a fomentar os debates sobre as opressões de raça e gênero, e como estas influenciam diretamente nas trajetórias de vidas de mulheres negras que atuam nas instituições de ensino superior no Cariri Cearense, a problemática desta discussão nos leva para constatar os seguintes fatores: a representatividade das docentes negras nas instituições de ensino superior e as discriminações raciais e de gênero sofridas no decorrer da sua formação. Em adição, acrescenta-se que a presente pesquisa teve como objetivo analisar como o racismo institucional, estrutural e de gênero interferiram em suas trajetórias até a ascensão profissional. A partir das discussões surgem os questionamentos: onde estão essas docentes? Quais os desafios que essas mulheres vivenciaram para conquistarem o cargo de docente nas instituições de ensino superior? Para responder essas inquietações, este trabalho apresenta o depoimento de 06 professoras universitárias negras que atuam na região do Cariri Cearense, especificamente, nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha: 02 do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO, 01 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE campus Juazeiro do Norte, 01 do Centro Universitário de Juazeiro do Norte- UNIJUAZEIRO, 01 da Universidade Regional do Cariri-URCA e 01 da Universidade Federal do Cariri - UFCA.

A justificativa de escolha das instituições parceiras da investigação se deu a partir da contribuição que elas vêm dando ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão na Região Metropolitana do Cariri. Portanto, não ocorreu um critério hierárquico entre elas, apenas a escolha pelo número, papel e representação social que estas desempenham na Região. Para manter a ludicidade da pesquisa, foram utilizados nomes africanos para cada docente. A metodologia utilizada foi a história oral de vida, sendo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com aplicação de um questionário. Ressalta-se que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – CEP/UNILEÃO em 22/10/2019, tendo em vista que todas as deliberações do CEP/UNILEÃO estão fundamentadas na Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Nº 466/12 que incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os referenciais básicos da Bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça.

GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Para compreendermos os motivos que levam mulheres negras vivem em situações de vulnerabilidade, se faz mister entendermos que a raça, gênero e classe como mecanismos estruturantes que compõem a sociedade brasileira. O racismo e sexismo tornaram-se “armas” de subalternização e de violência contra mulheres negras. Durante a escravidão tiveram seus corpos violentados, estigmatizados e denominados pelo colonizador. De acordo com Danúbia Fernandes (2016, p. 697), “a mulher negra foi construída ao longo de séculos de opressão racista e machista, potencializando o que havia de pior nas configurações estigmatizadas dos negros e das mulheres”. Para os homens brancos, as mulheres negras eram fogosas, estavam submetidas e limitadas como objeto de desejos sexuais.

Criou-se na mente de pessoas brancas a inferiorização da mulher negra, quando não estavam sendo estupradas por seus patrões, estavam servindo as sinhás, limpando, cozinhando e cuidando dos seus filhos. As representações negativas das mulheres negras na sociedade brasileira são decorrentes da articulação entre o racismo e o sexismo e se manifestaram de diversas formas (CARDOSO, 2004, p. 975). É dessa forma que o racismo se produz, ele consegue “tomar um paradigma como o universal e simplesmente ignorar, omitir ou estereotipar os saberes produzidos por uma imensa diversidade racial, cultural, sexual que compõe o Brasil e o nosso planeta” (TRINDADE, 1994, p.81). Infelizmente, o processo de exclusão e desigualdades ocasionados pós-diáspora continuam a atingir especificamente as mulheres negras. Para Lélia Gonzalez (1979):

A mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação ‘profissional’: doméstica e mulata. A profissão de ‘mulata’ é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de ‘mercado de trabalho’ [...] produto de exportação (GONZALEZ, 1979, p.13)

Essas representações continuam enraizadas socialmente. O racismo estrutural e institucional tornam-se barreiras de ascensão econômica e social para essas mulheres. São jovens negras que ingressam cedo no mercado de trabalho, ocupam a base da pirâmide social, assumem postos de trabalho de menor prestígio, recebem baixos salários, possuem dupla jornada trabalho para manter o seu sustento e da sua família. Segundo Beatriz Nascimento (2007):

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A ‘herança escravocrata’ sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadoras rurais (...) (NASCIMENTO, 2007, p. 104).

Por certo, são reflexos de um Estado inativo que não possui interesse em mudar a realidade social. Na ótica de Luiza Bairros (2006, p.55) “sexismo e racismo seriam variações de um mesmo tema mais geral que tem nas diferenças biológicas (reais ou imaginadas) o ponto de partida para o estabelecimento de ideologias de dominação”. As opressões advindas do gênero e da raça interferem diretamente na vida dessas mulheres, que muitas vezes ingressam em políticas públicas ou programas sociais para garantir a sobrevivência. Conforme ressalta Sueli Carneiro (2011):

negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas, em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas

ocupações de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO, 2011, p.28).

Neste sentido, as dinâmicas dos preconceitos e da discriminação contribuem para a exploração laboral e salários irrisórios de mulheres negras, fazendo com que elas não logrem êxito nas carreiras profissionais e permaneçam na subjugação. Ser mulher, negra e pobre é estar designada a exclusão, por isso, se faz necessário olhar para esse grupo social a partir das interseccionalidade de opressão. Como referenda Kimberlé Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceitualização do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A opressão direcionada ao gênero, alcança todas as mulheres, mas atinge acirradamente as negras e periféricas. As violações dos seus direitos são diárias, mais do que o de homens brancos, mulheres brancas e homens negros. Por isso se faz necessário uma ótica à luz da interseccionalidade, para explicar a estigmatização dessas mulheres. De acordo com Ângela Davis (2011), “As mulheres negras na construção de uma nova utopia”, a autora dialoga que:

É preciso compreender que classe informa raça. Mas raça também informa classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. [recisamos refletir bastante para perceber as interseções entre raça, gênero e classe, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mutuas e outras cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre a outra (DAVIS, 2011, ONLINE)

A junção do gênero, da raça e classe faz com que as trajetórias de mulheres de cor sejam marcadas por diversas formas de violências físicas, emocionais, institucionais e de vulnerabilidade econômica. Portanto, evidencia-se uma omissão estatal em querer dirimir as exclusões sócio-econômico-culturais que assolam a população negra e legitima as opressões racistas e patriarcais frente a mulheres negras.

“VOCÊ PARACE UMA MACACA” – A ESCOLA E A PERMANÊNCIA DO RACISMO

A escola foi pensada e criada para atender apenas a parte da população, apenas pessoas brancas e burguesas tiveram direito a acessar a esse espaço desde seus surgimentos. Negros eram proibidos de frequentar as escolas, sendo afirmadas na primeira legislação brasileira que tratavam sobre educação: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos” (BRASIL, 1837). Os acessos ao âmbito educacional para a população afro-brasileira, assim como outros direitos garantidores da dignidade humana, foram elencados apenas na Constituição Federal Brasileira de 1988, após 100 anos da abolição da escravatura.

As garantias e direitos fundamentais, tardiamente reconhecidos na Carta Magna Brasileira, contribuíram para o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, penetrando em diversas instituições, incluindo as escolas. Consequentemente, a “escola é uma instituição onde convivem conflitos e contradições. O racismo e a discriminação racial, que fazem parte da sociedade brasileira, estão presentes nas relações de educadores e educando” (GOMES, 1995, p.68). Em se tratando de escolas privadas, ainda é possível vislumbrar o número ínfimo de alunos negros.

Segundo os relatos da professora Otunji (2019), a colaboradora expressa que “única negra na maioria das escolas que passei, até por

ser em escolas privadas particulares e tudo. Eu era a única que estava lá, né, entre os brancos, certo? Então, assim, eu sempre era única da turma, tinha um outro menino, mas meninas não tinham”. Por muitas vezes, é no âmbito escolar que as imagens estereotipadas e discriminatórias em relação a população negra são reproduzidas. Jovens negras e negros são vilipendiados na sala de aula.

Os livros de História, em sua grande maioria, ao narrarem o processo de escravidão, apresentam figuras do negro sendo chicoteado, estigmatizado e aptos apenas ao trabalho braçal. Já o papel atribuído a mulheres negras está relacionado à subordinação das senhoras brancas e ao trabalho doméstico. A escola acaba contribuindo diretamente para a disseminação no *bullying* racial entre os estudantes. Para a professora entrevistada:

Então assim, tinha a questão do bullying, alguns apelidinhos que eram tristes. Assim, eu me sentia diminuída, mas assim, agredida, eu me sentir agredida. Porque quando falavam assim: “Ah!!, seu cabelo é feio! Ah!!, você parece uma macaca!”; coisas assim, dessa natureza. Não era bom sabe? Os apelidos aceitos: “Ah não! Negro lá é gente.”; Coisas dessa natureza sabe? Assim, sempre foram coisas que eu escutei... (DANDARA, 2019)

Desta forma, o espaço escolar deve ser um lugar de socialização, construção de conhecimento e não reprodutora de valores hegemônicos. Além do mais, é válido considerar que “a escola, embora concebida, nos termos dos textos legais e objetivos pedagógicos, para garantir e divulgar princípios de justiça e igualdade, tem divulgado e reforçado visão unitária e não plural de sociedade” (SILVA, 2007, p. 496). Ainda existe um menosprezo por parte da instituição e muitas vezes, por parte da equipe docente em dialogar sobre as questões étnico-raciais, fomentando a cultura racista entre alunos. A colaboradora Chiamamanda relembra os insultos que sofreu no espaço escolar:

A gente cresceu nesse ambiente e a gente aprendeu a lidar com essas questões né, essas situações que a gente vivia no cotidiano do bairro, da rua, de ser chamada de neguinha cabelo de Bombril, cabelo de bucha né, nariz de batata mesmo que você não tivesse, só porque você era negro seu nariz tinha que ser de batata né. Isso foi para escola, porque era todo mundo do mesmo bairro, estudava todo mundo na mesma escola. (CHIAMAMANDA, 2019)

Observa-se que nas instituições de ensino básico, quando não combatem as discriminações raciais em seus espaços, contribuem para que a educação brasileira se torne instrumento de propagação do racismo. É válido ressaltar que tais proliferações são preexistentes, pois, o racismo é a “supressão categórica de uma determinada cultura vista como subordinada. Pode-se, todavia, ser compreendido como a imposição de valores e uma cultura dominante aos participantes das culturas que se pretende dominar” (GOMES, 1995, p. 54). A colaboradora Mamadu, ao ser questionada sobre sua trajetória no espaço escolar, afirmou ter sido vítima de violência racial:

Sim, me recorde de... de muitas brincadeiras assim, no sentido de “Ah!, você a negra do cabelo pixaim. Você é uma negra suja”. Isso nunca passou pela equipe ou pelos professores. O que mais eu me lembro né? Eu me lembro...Ah!! De receber as provas né. Tinha semestres que eu fechava, bimestres, assim, era por bimestre que a escola avaliava e eu fechava sempre com um 10 em matemática, em português 10e 10 e10. E eu não me lembro de receber parabéns né, mas eu me lembro, nitidamente, das meninas e dos meninos loirinhos lá na frente recebendo parabéns né e sentando no colo da professora, sendo abraçados. (MAMADU, 2019)

Dentro desta perspectiva, é notória o despreparo da instituição e dos seus educadores lidar com as violências étnico-raciais nas entre os alunos, em ter um olhar atento para situações que envolvam o racismo recreativo. De acordo com o professor Adilson Moreira (2019), “o

humor racista é um tipo de discurso de ódio, é um tipo de mensagem que comunica desprezo, que comunica condescendência por minorias raciais”

A inclusão obrigatória de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena instituída pela Lei 11.645/08 nos currículos da Educação Básica tornou-se um instrumento de combate contra o racismo e o ensino eurocêntrico no âmbito educacional. Ainda é possível encontrar resistência por parte de algumas instituições e por educadores para a inserção desta legislação, pois muitos educadores não possuem em suas qualificações cursos voltados para as relações étnico-raciais. A referida lei, foi uma conquista do Movimento Negro, tornando-se um ato político contra a violência racial. Dentro desta linha, Petronilha Silva (2011) apresenta que:

Experiência educativa de distintos grupos do Movimento Negro tem oferecido pistas para superar tão contundente desafio. Têm, eles, denotado organicidade de objetivos e ações, embora sigam diferentes orientações ideológicas e se valham de estratégias muito distintas. Assim, por meio de ações deliberadamente concebidas e executadas, o Movimento Negro, na diversidade das entidades que os constituem, vem erigindo a história do povo negro brasileiro, gestando sua educação tanto para assumir níveis elevados de escolarização, como para, enquanto cidadãos, participarem das decisões sobre os rumos da sociedade brasileira (SILVA, 2011, p 146-147)

A educação étnico-racial ainda é um desafio a ser enfrentado por parte dos docentes e demais equipes que compõem o âmbito escolar, pois existe uma valorização de um currículo eurocêntrico que fomenta a discriminação racial. Dentro desta perspectiva, “é por nosso desejo de afrodescendente, de ver a história e cultura do nosso povo incluído nos currículos escolares, assim como é marcada a urgência e pertinência da implementação de políticas reparatórias e ações afirmativas” (SILVA, 2011, p. 121). O investimento na formação profissional dos docentes, pois “pode-se desconstruir estigmas relacionados a questões raciais e étnicas” (GONÇALVES; SOLIGO, 1998, p. 9). O reforço em práticas pedagógicas contribuem para uma aprendizagem que combata as diversas formas de discriminação e promova uma educação igualitária e democrática, precisa ser uma ação constante.

“NA VERDADE, NÃO ERA PARA MIM A GRADUAÇÃO” – DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A ascensão social de mulheres negras é conquistada através da educação. Diferente das mulheres brancas, mulheres negras precisam enfrentar inúmeros desafios para conseguirem alcançar e concluir uma graduação. Diante do contexto social que penaliza e estigmatiza as mulheres de cor, muitas não acreditam que podem adentrar nas instituições de ensino superior, que esses lugares só podem ser ocupados por pessoas brancas e elitistas. A docente Dandara, acreditava ser impossível cursar uma graduação. A entrevistada relata que “Nossa! Para entrar na graduação... na verdade, não era para mim a graduação. Eu fui atrevida, ousada assim!” (DANDARA, 2019). Na visão eurocêntrica, os papéis destinados a essas mulheres já estão destinados a submissão e servidão para as pessoas brancas.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) feita em 2019, publicada pelo jornal Diário do Nordeste, apenas 13,3% de mulheres negras conseguiram finalizar a universidade. Apesar das opressões racistas, sexista e classistas que tentam paralisar as mulheres negras, os diversos sistemas de abusos que envolvem essas mulheres, fazem com que tenham que conciliar os estudos com o trabalho, para garantir a sua sobrevivência e dos seus familiares. Diante disto, a colaboradora Chiamamanda relata que:

Na fase em que eu fui mãe, ou melhor, eu fui mãe e pai né! Eu tenho dois filhos e a minha vida de mãe e de pai foi sempre assim: eu trabalhava o dia inteiro no comércio e emendava, saindo do comércio e indo para Universidade. Chegava em casa

22:40 da noite e, aí tinha uma criança me esperando com tarefa para fazer e assim foi minha rotina (CHIAMAMANDA, 2019)

A realidade da professora colaboradora é a mesma de muitas jovens negras, sobrevivendo a uma sociedade que tenta excluí-las da história ou remete-las para a subalternidade. A colaboradora Okara, descreve os percalços para conseguir concluir a graduação:

Assim, o meu maior desafio foi conciliar trabalho e estudo. Isso foi um grande desafio. Eu fui aluna da graduação do curso noturno, tinha que trabalhar o dia todo. Eu não pude viver, por exemplo, a experiência da iniciação científica, de participar de grupos de estudos, de viver um ambiente acadêmico de uma forma mais intensa; porque o trabalho não me permitia isso. E aí, essa sempre foi a maior dificuldade né! Fazer essa conciliação e, também, a permanência na universidade que é sempre muito complicado para quem vem das classes mais pobres né? (OKARA, 2020)

A universidade torna-se uma via de acesso para os mais diversos cargos privilegiados. As instituições de ensino superior acabam se tornando espaço de luta e resistência. Porém, a inserção de mulheres negras nestes espaços não as tornam isentas de vivenciarem as violências advindas do racismo institucional. Neste sentido, Jurema Werneck (2017) pontua que:

O racismo institucional é um dos modos de operacionalização do racismo patriarcal heteronormativo - é o modo organizacional - para atingir coletividades a partir da priorização ativa dos interesses dos mais claros, patrocinando também a negligência e a deslegitimação das necessidades dos mais escuros. E mais, como vimos acima, restringindo especialmente e de forma ativa as opções e oportunidades das mulheres negras no exercício de seus direitos (WERNECK, 2013, p.17).

Sendo assim, onde quer que mulheres negras estejam inseridas, esses espaços serão marcados pelo preconceito e discriminação racial. “O primeiro olhar é para os caracteres físicos, para as nuances de gênero e de cor e já vem carregado de valores e preconceitos acumulados historicamente.” (GOMES, 1995, p. 23).

Seja em instituições públicas ou privadas, as deslegitimações de direitos dessas mulheres não cessam. Por muitas vezes, acabam tornando-se espaços de luta, resistência e enfrentamentos contra o racismo. Nas palavras de Chiamamanda, a docente explicita que:

Como mulher e negra, eu sempre vivi situações de enfrentamento. Não foi fácil, como eu acredito que não tenha sido fácil para muitas outras mulheres, sobretudo as mulheres negras. Eu vivia situações de discriminação no mercado de trabalho, na iniciativa privada e aqui na universidade a gente vive uma luta constante né, porque as situações são, de uma certa forma, dissimuladas, mas a gente que vive essa realidade, a gente consegue, com o tempo, perceber os pequenos sinais que indicam que são atitudes racistas, discriminatórias em relação a você. Eu vejo isso diariamente, não só com as professoras, mas com os alunos também e a gente tenta, da melhor maneira possível, combater esse tipo de atitude. Esse tipo de comportamento que a gente está vivendo, no contexto social e político, é muito preocupante. (CHIAMAMANDA, 2019)

Salienta-se que, a caminhada para a formação profissional de mulheres não brancas, tornam-se batalhas para conquistar paridade de gênero, conquistas de direitos e diminuição de desigualdade. Ao conquistarem os cargos de docentes, estão rompendo com todo o padrão social racista que foram impostas desde sempre. Conforme ressalta Nilma Lino Gomes (1995):

Essas mulheres negras, ao se tornarem professoras, “saíram do seu lugar”, isto é, do lugar predestinado por um pensamento racista e pelas condições sócio-econômicas da maioria da população negra brasileira – o lugar de doméstica, da lavadeira,

da passadeira, daquela que realiza serviços gerais, para ocuparem uma posição que, por mais questionada que seja, ainda é vista possuidora de status social e está relacionada a um importante instrumento: o saber formal (GOMES, 1995, p. 28-29).

O racismo está presente em todos os lugares, atingindo diretamente e institucionalmente a trajetória de mulheres negras, muitas vezes de forma explícitas e outras de forma velada, colocando-as em desvantagens e vilipendiando seus direitos. “Ser mulher negra no Brasil representa um acúmulo de lutas, indignação, avanços e conflitos constantes entre a negação e a afirmação de nossas origens étnico-raciais” (GOMES, 1995, p. 115) Por isso, precisam lutar e comprovar diariamente que são capazes de exercer seus cargos nas instituições de ensino superior, igual ou superior, que mulheres brancas.

Diante do exposto, fica evidenciado que as trajetórias de vidas das docentes entrevistadas foram marcadas pelas barbáries do racismo e enfrentamentos para a conclusão da formação profissional. Os depoimentos das colaboradoras demonstraram a realidade de muitas mulheres negras, que são inferiorizadas e marginalizadas, perpetrando a não possibilidade de ingresso na educação e no mercado de trabalho. Assim, podemos perceber que são mulheres que “sairam do seu lugar” de subalternização e conquistaram o sucesso profissional, mesmo com uma sociedade racista que insiste todos os dias em dificultar e impossibilitar o triunfo de mulheres negras.

CONCLUSÃO

Ao término da presente revisão de literatura, se tornou possível perceber que este escrito poderia ensejar diferentes desfechos sobre trajetórias de vidas de mulheres negras no ensino superior. Fator positivo ao nosso ver, principalmente, porque ele permite que novos olhares sejam interpostos na produção crítico-analítica da situação da mulher negra nas microesferas da sociedade brasileira.

Perpassando este processo de modo consistente, se foi buscado aqui reorganizar as memórias e as vivências do passado destas mulheres para que se tornasse possível, compreender as ações do presente, ou seja, buscou-se assim, ressignificar evitar episódios pretéritos, alguns que já haviam caído no esquecimento da memória das colaboradoras, objetivando promover um espraçamento das teorias raciais críticas, ainda pouco ou não devidamente abordados pelas ciências do conhecimento.

Assim, sobre os processos de produção e da negação da negritude, da identidade do corpo e da subjetivação, bem como da exclusão pelo racismo estrutural que dificulta o acesso da mulher negra à educação e ao ensino superior foram respectivamente, considerados:

- 1) Quando se fala de um “boom” investigativo sobre a historiografia dos estudos étnico-raciais, tais como: feminismo negro, mulherismo africano, panafricanismo, decolonialidade, filosofia ancestral africana entre outros temas encontramos poucos estudos sobre a trajetória de vidas de mulheres negras na educação superior.
- 2) A produção científica em interlaces entre as questões de raça, gênero e classe vem conseguindo promover uma suntuosa mudança de paradigmas e, respectivamente, vem conseguindo visibilidade e espaço no patriarcado da academia brasileira, conforme destacam os pioneiros estudos de Lélia Gonzáles (1979), Azoilda Trindade (1994), Nilma Gomes (1995), Luciane Gonçalves (1998), Petronilha Silva (2011), Sueli Carneiro (2011) entre outras pesquisadoras negras que destacaram a perseguição e os contrastantes da hegemônica relação étnico-racial branca que, por um lado, negava e dificultava o acesso à educação da mulher negra; e que por outro lado, normalizava, naturalizava e determinava a dominação e a manutenção do status quo de submissão através das relações entre gênero, raça e classe.

- 3) A negação a defesa de um pluralismo cultural na escola, bem como a recusa a promoção de eventos que majorassem processos sociais de valorização da cultura e da identidade negra foram vivenciados por todas as colaboradoras da pesquisa. Assim, espalharam-se no cotidiano escolar destas trajetórias, cenários de estímulos, preconceitos e desvalorização racial destas mulheres.
- 4) Observou-se estratégias legais e estruturais que eram prontamente constituídas nas Instituições de Ensino (Infantil e Médio) que impediam uma tomada de conhecimento e de identificação com a história, cultura e valores da raça negra destas colaboradoras.

A repressão e adequação do comportamento social na escola dava-se de modo alargado, ou seja, toda a infância, adolescência e juventude destas mulheres foi marcada pela repressão cultural de dominação branca e de submissão cultural, social e física que negavam entre outras argumentações a beleza da “mulher negra”, quando estas mulheres, no passado meninas, nunca tiveram a chance de ocuparem o lugar de princesas, rainhas ou deusas nos eventos lúdicos escolares.

REFERÊNCIAS

- _____. “Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação”. In: MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005b.
- _____. A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995
- _____. Raça e educação infantil: à procura de justiça. Revista e-Curriculum, v. 17, n. 3, p. 1015-1044, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. O que é Racismo Estrutural. Coleção Feminismo Plurais. Coordenação Djamilia Ribeiro. Belo Horizonte – MG: Editora Letramento, 2018.
- BAIROUS, Luiza. “Lembrando Lélia Gonzalez”. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (Org.). O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2006.
- BRASIL. Lei do Império nº 1, de 14 de janeiro de 1837. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/leis-do-imperio-1>. Acessado em 01/07/2021
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. Revista Estudos Feministas, v. 22, p. 965-986, 2014.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo. Selo Negro, 2011.
- CASTRO, Mary Garcia. Relações sociais de classe e de sexo. Revista Presença da Mulher. São Paulo: Editora liberdade de Mulher Ltda, nº16, abril/junho, 1999.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista estudos feministas, v. 10, p. 171-188, 2002.
- DAVIS, Ângela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Portal Geledés-Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-novautopia-angela-davis>, 2011. Acessado em 12/07/2021.
- DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EUCLIDES, Maria Simone. Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, 2017.
- FERNANDES, Danubia de Andrade. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. Revista Estudos Feministas, v. 24, n. 3, p. 691-713, 2016.
- FERREIRA, Lola. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. Disponível em <http://www.geronumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Publicado em 28/06/2018. Acessado em 26/06/2021.

- GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias; SOLIGO, A. F. Educação das relações étnico-raciais: o desafio da formação docente. Texto apresentado na 21ª Reunião Anual da ANPED, 1998.
- GONZÁLEZ, Lélia. O papel da mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. Los Angeles, 1979. p. 25. Mimeografado.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf> Acessado em: 27/06/2021.
- LOPES NETO, Aramis A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de pediatria*, v. 81, p. s164-s172, 2005.
- MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. Entrevista cedida à Carta Capital. Entrevistador Brenno Tardelli, 18/12/2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/adilson-moreira-o-humor-racista-e-um-tipo-de-d-iscurso-de-odio> Acesso em: 01/07/2021.
- MORENO, Ana Carolina. Negros representam apenas 16% dos professores universitários. *G1*, Rio de Janeiro, v. 20, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghtml>. Acessado em: 27/06/2021.
- NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento / Alex Ratts (org)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.
- OLIVEIRA, Maria Luisa Pereira de; MENEGHEL, Stela Nazareth; BERNARDES, Jefferson de Souza. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, p. 266-274, 2009.
- PINHEIRO, Luana Simões et al. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. 2009.
- RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? São Paulo: Coleção Feminismos Plurais. Polên Livros, 2019.
- SILVA, Alessandra Nascimento. Presença da mulher negra na docência do ensino superior: discutindo relações de gênero e relações raciais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação, 2016.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Entre Brasil e África: construindo conhecimento e militância. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.
- SILVA, Petronilha Beatriz. APRENDER, ENSINAR E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL. *EDUCAÇÃO*, v. 30, n. 63, p. 489-506, 2007.
- TRINDADE, Azoilda Loretto da. O racismo no cotidiano escolar. Fundação Getúlio Vargas Instituto de Estudos Avançados em Educação Departamento de Psicologia da Educação. Rio de Janeiro, 1994.
- WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/303>. Acessado em 02/07/2021
